

O ESTADO DE SAO PAULO (Brasil)

Mercosul e Europa adiam troca de ofertas

Bruxelas - Tanto o Mercosul, quanto a União Européia (UE) não estão com as ofertas prontas para a liberalização do setor de serviços dentro da negociação biregional. O bloco sul-americano avisou aos negociadores europeus do atraso, por meio do embaixador do Paraguai Manoel Maria Cardoso, representante da presidência pro-tempore do Mercosul. Em contrapartida, ouviu que a Europa também não havia feito o dever de casa. O novo prazo para a troca de ofertas entre os blocos foi fixado "para aproximadamente três semanas", quando a previsão era 30 de abril.

Arancha Gonzalez, porta-voz do comissário europeu de comércio, Pascal Lamy, disse que o período adicional acertado para o Mercosul, deve-se ao atraso das discussões comunitárias para a liberalização de serviços dentro das negociações multilaterais, que só receberam o sinal verde oficial dos países membros nesta segunda-feira. Somente hoje, os quinze enviaram à Organização Mundial do Comércio (OMC) a oferta comunitária para abertura de mercado em serviços, "o que desbloqueará os entendimentos para as negociações biregionais", afirma Arancha.

A expectativa européia é de ir mais além na proposta de serviços dentro das negociações biregionais, disse Arancha à Agência Estado e, por isso, "já começamos o processo de consultas aos países membros para definir onde poderemos avançar mais".

O negociador-chefe para comércio, o alemão Karl Falkenberg, reforçou que o período adicional cria a expectativa de que as "ofertas sejam qualitativamente satisfatórias, até para justificar o atraso", além de dar um impulso nas negociações.

Oferta brasileira

O embaixador José Alfredo Graça Lima, representante da Missão do Brasil junto às comunidades européias, disse que a oferta brasileira já está sendo elaborada e que, provavelmente, as propostas serão apresentadas em conjunto.

No âmbito biregional, as propostas poderão chegar juntas, mas dificilmente serão as mesmas, porque as regulamentações nacionais são diferentes. Não existe uma tarifa externa comum (TEC) para serviços, como há para bens. Ao contrário do que acontece na OMC, dentro das negociações do Ciclo de Doha, os três sócios do Brasil já enviaram suas ofertas.

De acordo com as regras do comércio internacional, dentro da negociação biregional de serviços não existe o comprometimento dos parceiros chegarem ao OMC plus, o que significa cobrir o substancial do comércio, como acontece com bens. Mas, ofertas mínimas também não impulsionam a negociação, como afirmou Falkenberg.

Existem parceiros, do lado europeu, torcendo para que os países do bloco sul-americano não avancem na oferta de liberalização do setor de serviços demanda comunitária -, o que poderia justificar, em contra-partida, nenhum esforço para abertura do mercado agrícola demanda do Mercosul, comenta uma fonte comunitária.

GAZETA MERCANTIL (Brasil)

Embate entre ricos e pobres na OCDE

Paris, 30 de Abril de 2003 - Mini-conferência, em Paris, debaterá obstáculos à conclusão da Rodada de Doha da OMC. A primeira-ministra neozelandesa, Helen Clark, deverá criticar hoje, em Paris, a União Européia (UE) e os EUA por causa das suas subvenções ao setor agrícola que criam obstáculos à conclusão das negociações comerciais globais. Para ela, "o comércio internacional é muito importante para deixá-lo em mãos dos responsáveis pelo comércio", e é assunto que deve ser tratado no mais alto nível político, segundo relato de fontes.

Espera-se que a chefe do governo neozelandês (a Nova Zelândia é a presidente "pro tempore" da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) acuse os países desenvolvidos, que subsidiam suas agriculturas, de fazer com que corra perigo a reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC) em setembro, em Cancún. Clark pedirá que os ricos levantem empecilhos ao desenvolvimento dos países mais pobres, especialmente na agricultura. Para tanto, a Nova Zelândia contará com a presença de representantes de 13 países em desenvolvimento, como Argentina, Brasil, Chile, China, Índia, Indonésia, Marrocos, ou Rússia, que foram convidados para a mini-conferência ministerial da OCDE, embora não sejam membros da organização.

"Vamos insistir e levantar e voltar a levantar este assunto" da liberalização do comércio, assegurou o ministro mexicano das Relações Exteriores, Luis Ernesto Derbez, um dos presentes ao encontro (aberto ontem) e que, embora seja membro do "clube dos países desenvolvidos", defende a linha dos países em desenvolvimento na negociações comerciais.

Reformas estruturais

A implantação de reformas estruturais, como meio de garantir o crescimento a longo prazo, foi o ponto principal da primeira jornada da reunião de ministros da OCDE. Hoje, o assunto dominante será o comércio mundial. Espera-se polêmica, devido à presença de países não membros da instituição. Os representantes dos 30 países-membros da OCDE concordam que "o déficit público não é a solução para os problemas" atuais de lentidão do crescimento econômico, explicou o secretário de Estado da Economia da Espanha, Luis de Guindos. O governo dos EUA, que deu início a uma grande redução de impostos, e que viu como o seu déficit público crescia, no ano passado, assegura que mantém esta magnitude sob controle, afirmou De Guindos.

O comissário europeu para Assuntos Econômicos, Pedro Solbes, lembrou que as reformas estruturais do passado se traduziram na criação de cinco milhões de empregos na União Européia desde 1999, e que inclusive, no ano passado, com um "crescimento fraco", foram criados 500 mil postos de trabalho.

Contudo, Solbes disse que isso não deveria levar a uma atitude de complacência, porque há uma série de falhas que devem contribuir para "acelerar" as reformas, com o objetivo de melhorar a produtividade e desestimular as aposentadorias antecipadas.

Envelhecimento da população

Outro assunto analisado na reunião foi o envelhecimento da população na maior parte dos países da OCDE, e as reformas que alguns deles começaram a aplicar para garantir a viabilidade do sistema de pensões. A jornada de ontem deveria se encerrar com uma entrevista coletiva de Helen Clark, mas a convocação foi suspensa.

Reunião de Amorim e Zoellick não deverá ser definitiva sobre a Alca

São Paulo, 30 de Abril de 2003 - A expectativa de que a conversa entre o chanceler Celso Amorim e o representante de Comércio dos EUA (USTR), Robert Zoellick, no final de maio, em Brasília, será definitiva sobre os rumos da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) pode estar sendo exagerada, segundo avaliação de uma fonte do Itamaraty. "As pessoas estão achando que vai ser um grande divisor de águas, mas não é isso. Trata-se de um processo de consulta permanente, pois há um longo caminho a percorrer. Haverá uma troca de idéias sobre uma alternativa, como um acordo 'quatro mais um' (entre o Mercosul e os EUA)", disse o diplomata. Segundo o próprio chanceler admitiu, em recente audiência na Câmara dos Deputados, o 'quatro mais um' talvez seja uma solução, porque tal acordo acomodaria negociações mais limitadas, excluindo, por exemplo, agricultura e antidumping, que terão de passar necessariamente pela Rodada de Doha da Organização Mundial de Comércio (OMC). "O 'quatro mais um' pode servir a certos aspectos da negociação (da Alca)", acrescenta a fonte diplomática.

O encontro Amorim-Zoellick não deverá determinar o atraso nas negociações da Alca. Será mais um passo nas consultas entre os dois países, que co-presidem o processo até o seu final, previsto para no máximo até janeiro de 2005. O chanceler e Zoellick já se reuniram na posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva; em Tóquio, numa conferência mini-ministerial da OMC, e hoje estão conversando em Paris, na mini-conferência da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Além do Brasil, dez outros países não-membros da OCDE foram convidados a participar dos encontros, que têm como objetivo uma troca de idéias sobre como dar impulso às negociações em Genebra, onde está difícil avançar em áreas importantes para países em desenvolvimento, principalmente agricultura. Amorim tem reuniões paralelas com o comissário de Comércio da União Européia (UE), Pascal Lamy, com Zoellick e com o secretário de Relações Exteriores do México, Ernesto Derbez.

"A Alca continuará avançando até que os 34 países concordem em que os prazos devam ser postergados", diz um consultor em Washington. Fato relevante, em sua avaliação, é que "a agricultura na OMC está andando de lado. Isso justifica o Brasil lançar a idéia de que se a agricultura não avançar na OMC a Alca também não avançará, o que levaria a um atrelamento de datas. Se a Rodada de Doha ficar para 2007, então a Alca ficará também para a mesma data." O mesmo consultor vê um movimento nos EUA para o governo Bush "avançar um pouco na agricultura dentro da Alca, não em termos de subsídios, mas de cotas tarifárias. Quem sabe, aumentar cotas de açúcar, tabaco, etanol e suco de laranja e reduzir alguns dos picos tarifários".

Além da avaliação sobre a Alca, que será feita com Zoellick, Celso Amorim tem feito uma avaliação interna, com a sociedade civil. Há duas semanas, ele se reuniu com empresários na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). "Os contatos com meios empresariais têm sido feitos com freqüência", destaca o diplomata. "O ministro tem feito esse exercício de consulta e análise com diferentes segmentos da sociedade para saber quais serão os próximos passos da negociação", acrescenta. O Mercosul apresentou uma proposta não muito ambiciosa à Alca porque a oferta dos EUA foi tímida". Os EUA fatiaram os blocos de integração no hemisfério e "o Mercosul foi o pior aquinhoado. A isenção tarifária na proposta é pior do que o tratamento que o Brasil já recebe dos EUA", lembra o diplomata.

Brasil e México expõem preocupação

Paris, 30 de Abril de 2003 - O México defenderá a eliminação dos subsídios agrícolas à produção e à exportação, tanto na reunião ministerial da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), que começou ontem, em Paris, quanto na cúpula do G-8 (os países mais industrializados mais a Rússia), disse, ontem, o chanceler mexicano, Luis Ernesto Derbez. O tema agropecuário é "fundamental" no México e nos países em desenvolvimento "porque é aí que está concentrada a maior parte da população com problemas de pobreza", afirmou Derbez aos jornalistas, e assinalou que "é preciso deixar isto muito claro" ao Grupo.

Os presidentes do México, Vicente Fox, e do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, figuram entre os líderes do mundo em desenvolvimento convidados pelo chefe de Estado da França e anfitrião da cúpula, Jacques Chirac, no primeiro encontro do G-8 em Evian, no leste da França, no dia 1º de junho. Derbez, que com os ministros da Fazenda e Economia assiste às reuniões da OCDE, disse que nos contatos com colegas da União Européia (UE), em Paris, o México exporá suas "preocupações" com temas da agenda de Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC), particularmente no setor agropecuário.

Ele insistirá na necessidade de que sejam eliminados os subsídios agrícolas, tanto às exportações quanto à produção, e na abertura dos mercados, além de falar da propriedade intelectual e do acesso aos medicamentos, tema "importante" para os países em desenvolvimento. Trata-se de expor aos europeus as preocupações dos países em desenvolvimento na questão agropecuária e em outras, e conhecer as suas para poder ir às negociações, disse Derbez. Na cúpula do G-8, acrescentou, "devemos apresentar a visão e a preocupação de um país como o México sobre os temas relevantes do ponto de vista dos países em vias de desenvolvimento".

Um tema fundamental é "a reforma agrária imprescindível para que possa haver crescimento e desenvolvimento adequado em todos os países" menos avançados.

Os EUA podem fazer concessões ao País, diz ex-assessor de Clinton

Genebra (Suíça), 30 de Abril de 2003 - A administração Bush quer dar uma prioridade "muito intensa" nas relações com a América Latina, principalmente com o Brasil e o México, na nova estratégia de sua política externa depois da guerra do Iraque. Para isso, Washington poderá acenar com algumas concessões comerciais importantes ao Brasil que não era capaz de fazer antes da guerra, para demonstrar seu interesse político de fechar acordo bilateral ou regional com a maior nação da América Latina. A avaliação é de Jeffrey Garten, atual diretor da Yale School of Management, ex-subsecretário de Comércio Internacional no primeiro mandato do presidente Bill Clinton, ex-assessor da Casa Branca na administração Nixon e dos secretários de Estado Henry Kissinger e Cyrus Vance. Em entrevista a este jornal, Garten estimou ser correto tentar fechar acordo com o Brasil, mas mostrou-se preocupado que a política estrangeira americana procure aumentar o unilateralismo, "derramando" das áreas política e militar para a econômica.

"A administração Bush não diz publicamente, mas quer começar a fazer acordos comerciais bilaterais mais vigorosamente e diminuir a importância da Organização Mundial de Comércio (OMC) em sua política comercial, sobretudo se ficar claro que a Rodada de Doha não avança mesmo", disse o professor.

"Com isso, a Casa Branca quer dizer às grandes organizações internacionais que ou jogam pelas regras americanas ou vão ficar sem jogar", acrescentou. Nesse contexto, a administração Bush "está muito ávida para fazer uma demonstração de força de que os EUA não ficarão de braços cruzados esperando o fim de negociações infinitas na OMC com muitos países que não pesam para seus interesses", afirmou Garten a este jornal, ontem em Genebra.

"Ocorre que o Brasil conta, o México conta, a China conta e é muito possível uma estratégia mais vigorosa de realpolitik com esses países", disse. "Isso significa que toda oferta que já foi feita (ao Brasil nas negociações da Alca) poderá ser facilmente reavaliada dentro na linha de mais firmeza da política econômica internacional americana".

Para Garten, a administração Bush pode fazer concessões na área agrícola, beneficiando inclusive os cítricos brasileiros, alvos de enormes barreiras nos EUA.

Ao invés do multilateralismo, força no bilateral. Isso passa também por uma postura muito mais dura dos americanos nas disputas comerciais na OMC. "Os EUA sempre usaram algum unilateralismo na OMC, mas agora vão se recusar mais ainda a implementar decisões que lhe são contrárias. Os EUA nunca dizem não, mas atrasam, atrasam e fica por isso mesmo". Na sua avaliação, as companhias americanas - que certamente têm interesse em reforçar os vínculos com o Brasil -, poderão por outro lado querer que isso ocorra sem expansão do unilateralismo de Bush. As companhias é que poderão lentamente "reunir as peças do jogo", ao perceberem que têm mais a perder do que a ganhar com a fragilização do foro econômico multilateral.

"As empresas americanas podem sofrer com o desmoronamento do sistema, do qual obtêm grandes vantagens competitivas. Acho que discretamente elas vão pressionar a administração Bush para minimizar a propagação do unilateralismo, da política para a economia." Garten veio a Genebra participar do Investors 2003, um fórum sobre geopolítica e finanças reunindo gerentes de fortuna, diretores financeiros e empresários. No rastro da hostilidades no Iraque, o sentimento prevalece de que, mais do que nunca, economia global e geopolítica são a mesma coisa diante dos riscos.

EL MERCURIO (Chile)

Nuevo equipo de Bush redefinirá intereses en la región

El fin de la guerra en Irak coincide con el recambio del equipo para América Latina del gobierno de George W. Bush. Pero esto no va a significar un resurgimiento más vigoroso de la relación con la región, debilitada después de que los principales países del continente, con excepción de Colombia, le dieron la espalda a los pedidos de Washington para apoyar la campaña que terminó con el régimen de Saddam Hussein.

El impacto más significativo será la dilación del tratamiento por parte del Congreso de Estados Unidos del tratado de libre comercio con Chile, que podría ser postergado hasta fines de este año o directamente ser pasado para el año 2004, dijo una fuente cercana a la administración de Bush.

Chile y México, que integran el Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas como miembros rotativos, rechazaron el uso de la fuerza militar en contra de Irak y abrieron heridas en Washington que aún no se han cerrado.

La primera tarea del nuevo equipo político para Latinoamérica en el gobierno de Bush será rescatar las relaciones con el hemisferio, opina Miguel Díaz, director del programa para América del Sur, del influyente Center for Strategic and International Studies (CSIS). Esa será la primera misión del designado secretario de Estado para América Latina, Roger Noriega, del flamante director para Latinoamérica del Consejo Nacional de Seguridad, Tom Shannon y del futuro embajador de Estados Unidos en la Organización de Estados Americanos, John Maisto. Sin embargo, el recambio de funcionarios no modificará en nada el rumbo de las relaciones" señaló una fuente diplomática.

La agenda de Estados Unidos para América Latina, que había sido planteada como la prioridad de Bush cuando llegó a la Casa Blanca en enero de 2001, hoy es mínima y sólo se concentra en la ayuda militar a Colombia, en el impulso de las negociaciones para poner en funcionamiento el Tratado de Libre Comercio de las Américas (ALCA) y en el papel que pueden jugar algunos países la lucha contra el terrorismo.

"La guerra en Irak seguida por la reconstrucción de ese país hará que América Latina probablemente gane poca atención y no alcance a distraer la atención de Washington", considera Peter Hakim, director del Interamerican Dialogue, un think tank basado en esta ciudad y crítico de la política seguida por la administración republicana hacia la región.

Poca atención

El reciente viaje del secretario del Tesoro, John Snow, a Brasil, Colombia y Ecuador, puede significar un intento por demostrar que hay un compromiso de Estados Unidos con el continente. Pero la sensación generalizada es que el gobierno de Washington no distraerá su foco del objetivo que se fijó después de los atentados del 11 de septiembre de 2001, un hecho que quedó demostrado con la escasa atención frente a las sucesivas crisis que sacudieron a países como la Argentina, Venezuela, Paraguay y Bolivia, entre otros, en el último año y medio.

"En el pasado se decía que Estados Unidos sólo ponía atención en la región cuando había una crisis. Pero ahora, que estamos en tiempos de crisis, hay una atención mínima", dijo Hakim. Por su parte, Díaz considera que la corta duración de la guerra en Irak terminará beneficiando a todos, también en la región, porque puede provocar una recuperación de la economía norteamericana y ello impactará de manera positiva en el desenvolvimiento económico de los países.

"Pero políticamente complica las cosas. Hay un esfuerzo para rescatar las relaciones con el hemisferio", dijo en relación con la profunda desilusión de la Casa Blanca con la actitud seguida por Chile y México en el Consejo de Seguridad. "Ha sido una traición a la confianza", comentó un funcionario de la administración, que luchó hasta el último minuto para sumar a los dos países.

"Hay cierta frustración en el Congreso por el voto de Chile, pero el hecho de que la guerra duró tan poco y fue exitosa hace que no haya que buscar culpables. Washington es muy práctica y el acuerdo de libre comercio también le beneficia", comentó el experto del CSIS.

El Congreso americano, dijo Díaz, va a terminar apoyando el acuerdo comercial con Chile, "quizá en una forma no tan contundente como podría haber sido antes, pero lo terminará aprobando". La incógnita es cuándo, y en esto la coincidencia en el Capitolio es que se postergará por varios meses.